



QUARTA-FEIRA | 27 ABR 2016

negocios

Lex

TRANSACÇÃO DO TRIMESTRE
QUATRO SOCIEDADES NA VENDA
DA CABOVISÃO À FRANCESA APAX

FUSÕES E AQUISIÇÕES
MORAIS LEITÃO E LINKLATERS-MADRID
EM TRANSACÇÃO DA EDP RENOVÁVEIS

**“Sou contra
acumular cargo
de deputado com
advocacia”**

Por uma questão de
transparência, o advogado
João Vieira de Almeida
defende a legalização
da actividade de lóbi. Pela
mesma razão, diz não ao
exercício da advocacia por
quem é deputado.



Bruno Simão



ENTREVISTA

JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA ADVOGADO, SÓCIO-GESTOR DA VIEIRA DE ALMEIDA E ASSOCIADOS

“Advogados não deveriam poder ser deputados”

Por uma questão de transparência, João Vieira de Almeida defende a legalização da actividade de lóbi. Pela mesma razão, é contra o exercício da advocacia por quem é deputado.

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt



Bruno Simão

Diz-se um defensor da transparência em todos os domínios. Por isso, não vê com bom olhos a acumulação do cargo de deputado com a prática da advocacia. “Nada impede alguém que é advogado de suspender o exercício da profissão”, justifica João Vieira de Almeida, advogado e líder de um escritório que em 2016 completa 40 anos de existência. Ao Negócios, fala sobre

a actividade que exerce e sobre a realidade do mercado português da advocacia em regime societário.

Foi criada uma comissão para estudar alterações à lei das incompatibilidades dos titulares de cargos públicos. Volta a discutir-se se os advogados devem ser deputados. Qual é a sua opinião?

Sou a favor da exclusividade. Sou contra a acumulação do cargo de deputado com a prática da advocacia.

Quem está contra diz que se reduziria a qualidade dos representantes no Parlamento.

Nada impede alguém que é advogado de suspender o exercício da profissão e ser deputado. Não deve acumular. Os advogados não deveriam poder ser deputados.

Alguns responsáveis políticos defendem que a limitação deve ser para quem exerce em sociedade. Isso não aceito.

Não há um maior risco de surgirem conflitos de interesse?

A questão do conflito põe-se sempre. Qualquer advogado pode representar e representa interesses ligados ao Estado ou a privados. Acho que a incompatibilidade nem é do deputado, mas do advogado.

E quanto à actividade de lóbi a nível parlamentar. Deve ou não ser legalizada?

Sem dúvida. Tudo o que contri-



Peso da facturação no exterior será de 20% a curto prazo



É muito importante para as sociedades de advogados conseguirem mudar este paradigma, que ainda por cima não corresponde à verdade, de que são entidades opacas.

Todos os que fogem aos impostos são iguais e se calhar os mais ricos têm uma obrigação moral diferente. Mas a tal ideia da responsabilização deveria existir para todos.

bua para a transparência tem o meu apoio. Sou 100% favorável a uma regulação cuidada do lóbi.

No caso recente dos Panama Papers, alguma opinião voltou-se para as sociedades de advogados, criticando algumas práticas, como o apoio à evasão fiscal. Os advogados ajudam na fuga ao Fisco?

Há advogados bons e maus, como em todas as áreas há profes-

sionais bons e maus. O problema é a generalização.

Mas há quem aproveite as "offshores" para fugir ao Fisco...

O Financial Times estimava em 35 mil milhões de euros – 12 a 15% do nosso PIB – o valor da economia subterrânea no nosso país. Isso corresponde a cerca de 12 mil milhões de euros em impostos por actividade económica não taxada. Destes, há seguramente uma parte que está nas offshores e que é uma vergonha não ser taxada, mas há uma parte gigantesca de que ninguém fala.

Que parte gigantesca é essa?

Todos os que fogem aos impostos são iguais e se calhar os mais ricos têm uma obrigação moral diferente. Mas a tal ideia da responsabilização deveria existir para todos. E todos nós somos coniventes com isto. Quem é que pede um recibo ao taxista? Quem é que pede um recibo ao cabeleireiro? Quem é que pede um recibo na pastelaria? Somos todos coniventes, mas achamos que é um escândalo e achamos que as pessoas devem ser responsabilizadas, mas não todas.

Como é que se inverte essa realidade?

As lavagens de dinheiro e corrupção, que não são a mesma coisa que as offshores – onde também pode haver lavagem e crime –, só acabam quando acabar o dinheiro em papel. Quando todo o dinheiro for electrónico.

Por uma questão de transparência, as sociedades de advogados não deveriam revelar os

seus valores anuais de facturação?

Sou completamente a favor da transparência com verdade. Acho que é muito importante para as sociedades de advogados conseguirem mudar este paradigma, que ainda por cima não corresponde à verdade, de que são entidades opacas, corporativas, e centros de interesses estranhos.

Quando é que a Vieira de Almeida pretende fazer essa divulgação?

Quando houver mais firmas portuguesas nossas concorrentes dispostas a fazê-lo. Digo isto há muitos anos. O movimento não precisa ser muito amplo, mas se houver um movimento das três ou quatro maiores firmas portuguesas, estaremos também dispostos a divulgar os nossos valores de facturação.

Como encara o futuro da advocacia societária portuguesa?

O mercado vai continuar a ser muitíssimo exigente. Haverá alguns fenómenos inevitáveis de concentração.

O que o leva a pensar que haverá concentrações?

Devido ao investimento que vai ser necessário fazer nas tecnologias e nas pessoas. As sociedades maiores são magnetes que atraem mais gente e mais trabalho. A complexidade dos trabalhos e a sua natureza internacional, a exigência de dimensão crítica para fazer face a determinados trabalhos, tudo isso vai contribuir para que as sociedades grandes sejam cada vez maiores. ■

A Vieira de Almeida e Associados (VdA) arrebatou no final da semana passada duas distinções internacionais, ao ser eleita a melhor firma portuguesa do ano pelo IFLR (International Financial Law Review) e pelo Chambers & Partners. João Vieira de Almeida, líder da sociedade, fala ao Negócios do significado destes prémios e do processo de internacionalização que a firma tem em marcha.

Que significado têm os prémios como os que vos foram agora atribuídos?

É um reconhecimento muito agradável do esforço que se faz no trabalho do dia-a-dia e de gestão da firma. Tem um valor particular este ano, porque coincide com a celebração dos 40 anos do escritório. É o primeiro ano em que vamos estar a funcionar já com a nossa rede internacional em pleno e com os novos sócios. É também o ano em que estamos a celebrar o termos ultrapassado os 300 colaboradores.

Falou dos novos sócios. Como decorreu a integração da equipa de advogados oriundos de uma so-

cidade - a Miranda - com uma cultura distinta da vossa?

Falando com a maior transparência, a integração é um processo que está ainda a decorrer e que decorrerá ainda algum tempo. É um processo que tem corrido melhor do que as expectativas. No plano pessoal a integração está a correr lindamente, mas um projecto para estar concluído leva o seu tempo.

A aposta que fizeram vai no sentido de dar mais fôlego ao vosso processo de internacionalização. O que é que mudou?

Com esta integração, demos um salto quântico naquilo que era o nosso projecto internacional. Apenas em seis meses, o contributo da facturação internacional disparou, o número de clientes aumentou muitíssimo, o portefólio de produtos que temos cresceu, desenvolvemos novas áreas e já começamos a conseguir fazer "cross selling", combinando as geografias novas que vieram com as que já cá tínhamos.

Alguns dos mercados em que apostaram - como Angola - dependem muito do petróleo. De que forma foram afectados?

Quando desenvolvemos o processo de integração, este fenómeno já existia. Já prevíamos os impactos negativos da crise do petróleo. Como partimos quase do zero, para nós tudo é crescimento.

Quanto pesa o trabalho externo na facturação da VdA?

Vai desenvolver-se ao longo do tempo, mas a curto prazo deverá ser de 20%, um número bem acima das estimativas que tínhamos antes deste processo. ■



[Angola?] Prevíamos os impactos da crise do petróleo. Partimos quase do zero, para nós tudo é crescimento.